

Fogaça defende comissão única para apreciar medida provisória

Relator de proposta sobre o tema na Comissão de Justiça, senador informa que pretende ouvir Executivo e Judiciário em busca de solução que preserve interdependência dos poderes



Sarney preside a sessão solene de promulgação da emenda que flexibiliza o monopólio de resseguros

Congresso promulga emenda que abre resseguro a empresas privadas

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado promulgaram ontem, em sessão solene do Congresso Nacional, no início da noite, a emenda constitucional que flexibiliza o monopólio do resseguro no Brasil. De autoria do deputado Cunha Bueno (PPB-SP), a emenda abre caminho para que empresas privadas possam atuar na área de resseguro, atividade até

então restrita ao Instituto de Resseguros do Brasil (IRB).

- A emenda que promulgamos tem o objetivo de tornar claro o texto constitucional, de fazer o casamento do seguro com o resseguro, permitindo que ambos sejam operados em regime de mercado e livre concorrência - disse o presidente do Senado, José Sarney, ao anunciar a promulgação.

Na solenidade, o presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização, João Elísio Ferraz de Campos, afirmou que a mudança constitucional beneficiará os segurados, pois aumentará a concorrência entre as empresas, reduzindo os preços.

Foi o deputado Cunha Bueno quem leu o texto da matéria promulgada. Ao lado do presidente do Congresso, sentaram-se o presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães; o primeiro vice-presidente da Câmara, Ronaldo Perin; o presidente da Fenaseg e o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. A solenidade teve a presença de senadores, deputados e quase uma centena de representantes do setor de seguros e resseguros.

A criação de uma comissão única, formada por 25 senadores e 25 deputados, destinada a examinar todas as medidas provisórias, foi defendida ontem pelo senador José Fogaça (PMDB-RS) como providência necessária para se regulamentar a edição de tal instrumento legal.

Indicado para relatar matéria sobre o assunto, em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador informou que o PMDB, após decidir não mais indicar nomes de membros para a composição das atuais comissões mistas incumbidas de examinar medidas provisórias, pediu urgência na elaboração do parecer.

Fogaça disse esperar concluí-lo com brevidade, mas deixou claro que pretende ouvir o Executivo e o Judiciário em busca da melhor solução para o País e em respeito à interdependência de poderes.

Para o senador gaúcho, a adoção do instituto da medida provisória deveu-se a um erro da Assembléia Nacional Constituinte, que próximo ao final dos trabalhos decidiu pelo regime presidencialista, mantendo vários dispositivos próprios do regime parlamentarista, entre eles o da medida provisória.



José Fogaça

Para Jonas, pacote ecológico restringe atividade agrícola

A ampliação de 50% para 80% da parte destinada a reserva florestal nas fazendas estimula concentração de propriedades, diz o senador. **Página 4**

Crise gaúcha se agrava, alerta Emilia Fernandes

Senadora afirma que agricultores reduzem área plantada, comércio demite e prefeituras arrecadam menos impostos. **Página 3**

Lobão quer municipalizar a educação básica

Emenda à Constituição que valoriza o ensino fundamental é defendida pelo senador, que condena os erros do passado e vê agora o País na rota certa por investir no setor

Depois de fazer uma radiografia da educação no Brasil e concluir que o problema do ensino no País é de qualidade, e não mais de quantidade, o senador Edison Lobão (PFL-MA) manifestou ontem apoio à proposta de emenda constitucional sobre a educação, que, segundo disse, valoriza o ensino fundamental e o magistério, promovendo uma recomposição dos salários dos professores.



Edison Lobão

Para Lobão, a municipalização do ensino básico é essencial para melhorar a educação no País e a emenda constitucional tem este objetivo. Lembrou que hoje os municípios de regiões pobres, principalmente no Nordeste, já são praticamente os responsáveis pelo ensino básico, mas em alguns estados ricos, como São Paulo, o governo estadual responde por cerca de 90% dos gastos com a escola fundamental.

Nas últimas décadas, na opinião do senador, o Brasil cometeu muitos erros na área educacional, mas recentemente começou a acertar e algumas experiências vêm obtendo excelentes resultados. Ele apoiou a decisão do governo federal

de dar prioridade ao ensino básico, lembrando que mais de 60% dos recursos do Ministério da Educação, provenientes do Tesouro Nacional, são gastos na manutenção de 52 instituições federais de ensino superior.

Lobão citou a Coréia do Sul como exemplo de país que ob-

teve sucesso econômico depois de ter feito maciços investimentos no ensino básico. Informou que 90% dos gastos em educação beneficiam o ensino fundamental, o que acabou com o analfabetismo e colocou na escola todas as crianças do país. A Coréia do Sul investe cerca de 4% do seu PIB em educação e paga um salário de US\$ 1.500 ao professor de primeiro grau, para cumprir uma jornada de 24 horas semanais.



Benedita da Silva

Benedita cobra medidas contra prostituição

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) lamentou ontem a ausência de uma representação do Senado Federal no Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, que será realizado entre os dias 27 e 31 de agosto, em Estocolmo. O encontro, segundo disse, é organizado pelo Unicef, pela Rede Internacional contra a Prostituição de Crianças, pelo governo sueco e por organizações não-governamentais.

Ela afirmou que o Brasil não pode ficar de fora do combate a essa forma de violência, sobretudo, conforme acentuou, por ser o País um dos principais pontos da rota do pornotráfico, da atuação de quadrilhas de traficantes de mulheres e de crianças, e onde a exploração sexual infantil ganha contornos alarmantes. A senadora salientou que os "leilões" de meninas virgens, entre 9 e 14 anos, há muito tempo viraram modismo em boates de norte a sul do Brasil.

Benedita da Silva disse que não é possível afirmar, com precisão, o número exato das meninas e meninos envolvidos em situação de prostituição, até porque, assinalou, a estimativa de que existem no País 500 mil meninas prostitutas tem sido contestada.

Tuma pede solução para problema dos presídios

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) afirmou ontem que os três poderes da República e instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil têm o dever de buscar soluções inadiáveis



Romeu Tuma

para a série de problemas enfrentados pela organização prisional, e a sociedade, no seu todo, o direito de recusar a assimilação da crise do sistema.

Para o senador, não se pode permitir que o atual estado de coisas leve as autoridades cada

vez mais a ampliar os benefícios da Lei de Execução Penal para todos os níveis de crimes. Na sua opinião, nos crimes graves o preso deve cumprir no mínimo 50% da pena para

que se possa pensar em benefício, que somente deveria ser concedido se cumpridas todas as exigências legais, inclusive o exame criminológico, para verificar se ele tem condições de poder voltar a viver em sociedade.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h30 - Preside reunião da Comissão Diretora.

11h - Recebe o primeiro-ministro do Mali, Ibrahim Boubacar Keita.

14h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

ESPECIAL

14h30 - Visita ao Senado de parlamentares do Mercosul.

Local: Salão Nobre do Senado.

Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.



Ademar Andrade

Ademar apóia reeleição no Executivo

O senador Ademar Andrade (PSB-PA) afirmou ontem que sua posição pessoal é a de que se permita a reeleição de prefeitos, governadores e presidente da República. Ele antecipou que defenderá essa idéia, "intransigentemente", no âmbito de seu partido. O senador disse que vê com preocupação a notícia da formação de uma frente anti-reeleição no Congresso Nacional.

- Um governo de quatro anos dificilmente consegue completar suas obras - argumentou o senador, para quem a frente anti-reeleição talvez esteja sendo mobilizada por interesses partidários ou pessoais, mas não "em função de uma preocupação com o povo brasileiro".

O senador salientou que tem participado ativamente das campanhas municipais, principalmente no Pará, e observou que, em muitos municípios, o eleitorado dá apoio absoluto ao atual prefeito. Em outros, por sua vez, a rejeição é também absoluta, constatou. A seu ver, os eleitores têm o direito democrático de decidir pela continuidade de uma administração por mais um mandato e a frente anti-reeleição confronta-se a esse direito.

Ademar Andrade lamentou que a possibilidade de reeleição para cargos executivos não tenha sido discutida a tempo de permitir que os atuais dirigentes municipais pudessem também se candidatar nas eleições de 3 de outubro.

Emília alerta governo para a crise econômica gaúcha

Queda na arrecadação fiscal é dramática, diz a senadora. Nove municípios da fronteira prevêem redução de 30% na área plantada

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) alertou ontem o governo para a brusca queda na arrecadação fiscal dos municípios gaúchos, afirmando que desde o ano passado o Rio Grande do Sul está vivendo uma das mais graves, profundas e dramáticas crises de sua história recente. Na região de Campanha, onde nasceu a senadora, nove municípios da fronteira estão prevendo queda de 30% na arrecadação e na área plantada, e, segundo Emília Fernandes, "a situação tende a piorar".

Mencionando dados publicados pelo jornal *Zero Hora*, ela disse que boa parte dos pro-

dutores rurais de Campanha não conseguiu financiamento para a próxima safra de arroz, principal fonte de renda da região. Informou que o comércio daqueles municípios desemprega uma pessoa por dia e que as prefeituras não conseguem manter sequer a folha de pagamento dos funcionários. Conforme a senadora, as dificuldades ali começaram a surgir em 1986, tendo posteriormente o Plano Collor causado o primeiro impacto na economia da região.



Emília Fernandes

Para Emília, há soluções que podem ser adotadas. "Os prefeitos, os vereadores, o governador, os parlamentares, os empresários, os trabalhadores e os produtores têm solução, mas precisam ser ouvidos." Ela elogiou o

empenho do ministro da Agricultura, Arlindo Porto, em solucionar a crise.

Em aparte, Júlio Campos (PFL-MT) disse que o problema atinge todos os estados. Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou preocupante a queda acentuada da produção.

Renan Calheiros quer ampliar deduções no Imposto de Renda

Os valores relativos ao pagamento do IPTU e IPVA referentes a um imóvel e a um veículo e as despesas com um seguro-saúde e um seguro de vida poderão ser deduzidos, pela pessoa física, dos rendimentos tributáveis na declaração do Imposto de Renda, caso seja aprovado projeto apresentado pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

O projeto também garante a dedução, no IR, dos pagamentos de aluguel, prestação da casa própria e de despesas com até dois empregados domésticos, inclusive em relação aos encargos trabalhistas e previdenciários. As deduções, conforme a proposta, serão permitidas por 10 anos a partir da publicação da lei, mas não poderão ultrapassar a

30% da renda bruta do contribuinte.

Renan Calheiros está convencido de que a aprovação desse projeto irá compensar o desequilíbrio conjuntural que, a seu ver, atinge as famílias brasileiras e fará justiça aos cidadãos de classe média que, conforme disse, formam a grande massa de contribuintes do Imposto de Renda. "É preciso que o governo socorra a unidade familiar, sufocada pelos pesados encargos", disse.

- A redução no Imposto de Renda dos beneficiários dessa proposição não irá diminuir o nível das receitas públicas federais, já que será compensada pelo incremento na arrecadação do INSS, IPI e ICMS - garantiu Renan Calheiros.



Renan Calheiros

Proposta de Suplicy agrada a economistas

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ontem que o Conselho Nacional dos Conselhos de Economia (Sinc), em simpósio realizado este mês em Gramado, no Rio Grande do Sul, colocou o programa de renda mínima, ao lado das reformas agrária e urbana, como premissa básica em que se deve fundamentar o novo projeto de desenvolvimento para o País.

Suplicy, que é autor de proposição instituindo um programa de renda mínima, disse que a sociedade brasileira mostra-se indignada e não aceita a miséria crescente e o desemprego. O senador destacou artigo de Luís Paulo Rosenberg, na *Folha de S. Paulo*, evidenciando aspectos positivos da proposta.



Suplicy

Jonas: Pacote ecológico restringe agricultura

Medida provisória sobre a Amazônia estimula a concentração de propriedades, alerta senador, para quem projetos agropecuários nas áreas de cerrado também são prejudicados

Campos exige que governador explique dispensa de licitação

O senador Júlio Campos (PFL-MT) informou ontem que vai pedir ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, e ao presidente do Tribunal de Contas da União, Marcos Vilela, que interpelem o governador de Mato Grosso, Dante de Oliveira, sobre a



Campos

veracidade da notícia que a ele atribui a idéia de decretar calamidade pública no estado a fim de conseguir dispensa de licitação para cons-

truir uma usina termoelétrica em Cuiabá.

Conforme o *Diário de Cuiabá*, decretando calamidade, o governador poderia contratar a empresa norte-americana Enron Electric Power, que promete fazer a usina entrar em operação em 1997. Para o senador, a irregularidade é tão grave que, se executada, "será caso até de cadeia". Campos anunciou que hoje apresentará pedido à Mesa Diretora do Senado para que acione o TCU e à Procuradoria, "a fim de que se verifique se há veracidade na informação".



Os trabalhadores, na audiência com o presidente do Senado

Sem-terra pedem ajuda de Sarney para reforma agrária

Acompanhados do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra de todos os estados pediram ontem o apoio do presidente do Senado, José Sarney, para que o governo e o Legislativo agilizem o processo de reforma agrária e aprimorem a legislação fundiária. Sarney manifestou-se "solidário" com todos os esforços em favor de maior rapidez nos processos de

reforma agrária e do aprimoramento das leis que regem a solução dos conflitos agrários.

Ao receber o deputado Paulo Bornhausen, presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, Sarney ressaltou que o Congresso Nacional tem a obrigação de ser o principal agente de discussões a respeito do programa e deve preparar-se imediatamente para participar de seu dia-a-dia.

Aprovado voto de pesar por Gordilho

O Senado aprovou o envio de manifestação de pesar pela morte de Oswaldo Veloso Gordilho, em Salvador. O requerimento foi apresentado pelos senadores Josaphat Marinho e Waldeck Ornelas, ambos do PFL da Bahia.

Josaphat destacou que Oswaldo Gordilho, promotor e advogado, ingressou na vida política em 1945 e participou da Assembleia Constituinte da Bahia de 1947. Bernardo Cabral (PFL-AM) associou-se à manifestação.

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) advertiu ontem que a Medida Provisória 1.511, que ampliou de 50% para 80% a parte destinada a reserva florestal de cada propriedade na Amazônia, compromete a situação da região, por restringir o aproveitamento agrícola e o desenvolvimento das atividades produtivas.

A restrição estimula a concentração das propriedades, já que para explorar, por exemplo, cerca de 500 hectares, o agricultor será obrigado a ter no mínimo 2.500 hectares, além de comprometer a viabilidade do Corredor Noroeste, que liga as áreas produtivas de Mato Grosso, Rondônia e Acre - frisou.

Para Jonas, também são prejudicados os projetos agropecuários localizados em áreas de cerrado em 11 estados. "A medida desconsidera que existem cerrados com características notoriamente distintas, desconsiderando ainda que a cobertura vegetal artificial no cerrado, com as tecnologias disponíveis, apresenta maior valor que a cobertura vegetal natural e assegura o equilíbrio ambiental", afirmou.

Em aparte, Bernardo Cabral (PFL-AM) lamentou que, quando se legisla sobre a Amazônia, "técnicos burocratas decidem através de livros, sem conhecer a realidade da região".

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES CASILDO MALDANER, JOSÉ FOGAÇA, BELLO PARGA, EDISON LOBÃO E EMÍLIA FERNANDES

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando César Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal